



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SEDESE/CONEPIR - Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial**

Ata

**ATA DA REUNIÃO PARA REVISAR PROPOSTAS E ATUALIZAR OS DELEGADOS PARA V
CONAPIR - CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL -
CONEPIR/MG –16 DE JULHO DE 2025**

PRESIDENTE: CLÉVER MACHADO

No dia 16 de julho de 2025 foi realizada virtualmente a Reunião plenária com o objetivo de revisar as propostas e atualização dos delegados (as) escolhidos na V-COEPİR em 2022 para participarem da V CONAPIR em Brasília, realizada pelo Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONEPIR/MG), através, link: <https://teams.microsoft.com/l/meetupjoin/19%3ameeting-> Cléver Machado iniciou a reunião às 14h e 30min, desejando boas-vindas a todos (as) presentes dizendo ser um imenso prazer estar convivendo vocês novamente, pois desde 2022 que não nos encontramos, com raras exceções. Hoje temos a presença marcante do Secretário Nacional do Sistema da Igualdade Racial, o sr. Cledisson Geraldo dos Santos Junior a quem agradeço por estar aqui presente conosco. Temos a presença da Superintendente de Promoção, Proteção e Participação Social, a sra. Daniele Rodrigues, que está representando a Subsecretaria de Estado de Direitos Humanos de Minas Gerais e agradecemos também a presença da sra. Juliana Nunes Alcântara que é a Diretora de Políticas de Promoção a Cidadania e Educação em Direitos Humanos. A sra. Danielle cumprimenta os presentes e agradece a participação de todos (as) que irão discutir esta temática que é tão valiosa para nós e espero que possamos ter uma tarde bem proveitosa. O presidente Clever passa a palavra para o Secretário Nacional que irá falar da importância dessa reunião. O sr. Cledisson agradece pela oportunidade de estar participando desta reunião com vocês daqui de Brasília. Quero saudar os conselheiros (as), os gestores, os delegados (as) presentes que representarão Minas Gerais na etapa nacional da V CONAPIR, que se realizará em setembro em Brasília. Saúdo a todos (as) em nome do presidente Lula, da ministra Anielle e digo que é uma satisfação enorme em ser o representante do Ministério da Igualdade Racial. Sou mineiro, nascido em Itabira e formado como gestor público em Belo Horizonte. As discussões em torno da agenda de ações afirmativas que envolvam a responsabilização do estado brasileiro e que tem a finalidade em garantir dignidade, autonomia, liberdade para a nossa população, sendo fruto de processos como esse, aonde caminhamos juntos, construímos dinâmicas virtuosas de escuta e de acolhimento das propostas que vem de encontro com as mudanças por meio de políticas públicas, do povo e dos movimentos das ruas. Então nós estamos confiantes de que esse processo de conferência nos permitirá construir um novo rol de propostas em torno de políticas públicas para combater o racismo e promover a igualdade racial, objeto de discussão na etapa nacional. Hoje em Brasília e amanhã também nós estaremos realizando a etapa temática de povos quilombolas, como também uma etapa prévia para tiragem de delegados e construção de propostas para etapa nacional. Amanhã teremos a etapa indígena e na semana que vem, teremos a etapa temática de povos ciganos e pessoas LGBTQIPA+, como fruto desse exercício de escuta de acolhimento das demandas que vem da população das ruas, dos movimentos da militância organizada ou não, o certo é que Minas Gerais irá para a etapa nacional, muito bem organizada e preparada para os debates. Como mineiro, como secretário, como militante do movimento negro, eu saúdo a todos (as) vocês e que possam fazer bons debates, que a agenda em torno do tema de igualdade, de democracia, reparação de justiça e de justiça racial norteie as elaborações e construções de vocês em torno de novas propostas. E que reafirmamos juntos, governo federal, governo do estado, gestores municipais e prefeituras de todo o nosso estado, a construção de um novo momento, um novo capítulo para luta racista no Brasil. Obrigado pelo convite e estamos junto, um forte abraço. O presidente Clever agradece ao secretário e diz que em breve vamos nos encontrar em Brasília. Continuando a nossa reunião gostaria de pedir a secretaria Elenir para fazer a chamada dos delegados, confirmando a presença e as justificativas, e dos que não justificaram também por

alguma dificuldade. A secretaria executiva Elenir agradece e diz que irá falar o nome das pessoas que confirmaram a participação nesta reunião. Os nomes que eu for chamando peço para falar presente e reafirmando que é delegado. Se por caso eu não falar o nome de vocês até o final da chamada podem colocar o nome também no chat. Começaremos por **Barbacena**: Nivaldo Paulino, Theodoro, Cíntia Regina de Oliveira; - **Belo Horizonte** - Amanda Pereira dos Santos; Amanda Pinheiro Campos; Ana Caroline Valeriano Silveira; Ana Luísa Evangelista da Silva Faria; Ana Paula de Jesus; Andréia Cristina Pereira; Anna Karla Ribeiro Silva; Carla Paiva; Ciro César de Carvalho; Clever Alves Machado; Cristina Del Papa; Davidson Luiz do Nascimento; Erika Cristiane Inácio; Everi Lopes da Silva; Fátima Cristina Pinto; Felipe Augusto Silva; Gláucia Cristine Martins; Jane Gorete Porto Abreu; José Antônio Ventura; Leonardo de Jesus Silva; Liliana da Conceição R. Silva; Luana Paulino Amarante; Luciana de Souza Matias; Luiz Henrique Fernandes Vieira; Mara Catarina Evaristo; Maria Eunice F. Gama; Matelane dos Anjos Rezende; Makota Kisandembu; Maria Cristina Silva; Maria das Mercês Vieira da Cunha; Marisa Vieira da Silva(Nzinga Makota Lecyamê); Maurício Moreira dos Santos; Mirian Aprigio Pereira; Nayara de Castro Dias; Neli Martins de Souza; Paixão Sessémeandê Paixão Ferreira; Pâmela Mara Benevides Felício; Regis Moreira Pinto (Tata Kitanji); Regina Célia Vieira; Rodrigo Augusto de Souza Antero; Rosa Maria Porto de Sena; Rosa Maria Porto de Sena; Stela Atalla Seif; Stela Atalla Seif; Tania Cristina Silva de Oliveira; Vitória Régia Izaú; Vladimir Riomar - **Betim** - Edna Regina de Souza Oliveira; Carlos Alberto dos Santos; Iracema Aparecida de Assis e Santos; José Joaquim Brito; Maria Eldi de Almeida Braga - **Caratinga** – Rodrigo Xavier da Silva; Giuliane Quintino Teixeira - **Congonhas** – Silnara Kelly Santos Faustino; Maria das Graças Barbosa Amaral - **Contagem** – Thiago Santos Lima - **Diamantina** - Luciana de Fátima Andrade; Rosimeire Pereira Lima - **Divinópolis** – Adjani Silva; Célio Lucio Lopes(Ndandalunda Tateto Simbeuamazi); Maria Catarina Labore Domingues Vale - **Governador Valadares** – Antônio Augusto Alves - **Itabira** – Jhonatan dos Santos Ferreira; José Canuto Ferreira; Nyara Martins Crispim; Hudson Alves da Assunção; Rosemary Alvares de Souza - **Leopoldina** – Vera Lúcia Wenceslau; Valdir Wenceslau; **Montes Claros** – Ailton Junior; Charlene Ramos Aguiar (Dijina Mameto Kalembesi); José Gomes Filho; **Patrocínio** - Élida da Silva Amparo - **Peçanha** – Filipe de Oliveira Maciel - **Poços de Caldas** - Ana Paula Silveira Corrêa; Lucia Vera de Lima; Maria Augusta Clementino; Rita Alessandra; Roberton Benedito Peregrino - **Pompéu** – Alexssania Luzia da Cunha; Maria Eliene Caetano; Rosimeire Aparecida de Oliviera - **São Francisco** – Janete Cardoso dos Santos; José dos Passos Pereira Barbosa; Wendell Marcelino de Lima - **Uberaba** - Adriano Cesar Leal; Cassio Luis Facure; Eduarda Aguilar Damásio; Ivanda Nivaldete Vieira da Cruz; Larissa Stephani Costa Vieira; Lindea Pereira Ramos; Luiz Fernando de Souza Miranda; Maria Abadia Vieira da Cruz; Maycon Junio Gonçalves; Reginaldo da Silva; Carlos Alberto Godoy. O presidente Clever agradece a secretaria Elenir e diz que os nomes que não constaram nesta listagem, podem ficar tranquilos que vamos fazer constar, por isso coloquem o nome no chat que a secretaria Elenir irá incluir todos os nomes na lista. A sra. Pâmela pede a palavra e diz que é para atualizar porque o seu nome não apareceu na lista, tivemos uma mudança na cadeira da gestão, em Belo Horizonte e a sra. Makota Kisandembu Oliveira tinha sido eleita como delegada na época em que era gestora da igualdade racial e hoje o decreto fala da obrigatoriedade em substituir quando o delegado deixa de ocupar a cadeira em questão. Então eu queria levantar esse ponto pois atualmente sou a gestora da igualdade racial. Obrigada. O presidente Clever diz a Pâmela que irá discutir este caso com a comissão organizadora e amanhã enviarei resposta para você. Vamos trabalhar sempre para dar oportunidade para quem está fora, a sociedade civil e gestores municipais. A nossa conferência estadual em 2022 foi virtual. Os conselheiros fizeram a inscrição prévia no SISEP da SEDESE, que é um sistema eletrônico da SEDESE para inscrever em cursos, seminários, encontros, conferências para depois serem emitidos os certificados e termos o controle de quem participou e quem não participou. Então na época da V COEPIR, o SISEP gerou uma lista de presença eletrônica dos participantes da Conferência. A sra. Pâmela pede a palavra e esclarece que foi feita uma oficina do COMPIR de Belo Horizonte. Eu como gestora da igualdade racial de Belo Horizonte, não pude estar nessa oficina, porque estava de licença médica, mas essa oficina foi realizada. A mãe Neli, presidente do COMPIR de Belo Horizonte estava presente e ela pode trazer mais informação, mas essa oficina foi de atualização das propostas e de confirmação dos delegados que tinham interesse de seguir para a V CONAPIR e esta lista com os nomes dos delegados atualizados foi passada para o Clever, para ter ciência. A sra. Cristina del Papa pediu a palavra e diz não ter entendido bem quando foi falado em tirar delegados que foram eleitos, eu quero só saber como é que isso vai acontecer? Quais são os critérios e aonde vocês definiram isso? O presidente Clever responde o questionamento dizendo que os delegados que estavam no poder público em 2022, a maior parte deles saíram, não estão mais, alguns foram exonerados, é dessas

vagas que estou falando, não estou tirando nada de ninguém. A lista com os 97 delegados enviados para Brasília após a V COEPIR teve uma redução para 81 delegados para a Conferência deste ano. As vagas de delegados (as) da sociedade civil foram mantidas. Com relação as vagas governamentais eu mesmo estou abrindo mão da minha vaga para deixar algum gestor do município ou do poder público municipal participar. Acho muito justo priorizar os gestores municipais e servidores que estão que estão lutando para fazer a coisa acontecer lá na ponta, principalmente da política de promoção da igualdade racial. A sra. Cristina del Papa agradece pela explicação e diz ser delegada pelo sindicato da UFMG – FASUBRA - como sociedade civil – A sra. Makota Kisandembu Oliveira pediu a palavra e disse que foi perfeita essa questão de excluir quem era gestor e que não está mais. Diz que participou da comissão organizadora tanto das conferências municipais como da estadual onde estava como gestora na época. Acho importante garantir a presença das pessoas que sempre estiveram de forma alguma e continuam lutando pela pauta da igualdade racial. Não acho que o Clever deva tirar seu nome da nacional, nós fizemos todas as conferências, seria prudente se possível colocar as pessoas que estiverem interessadas em estar na conferência nacional como convidados e se houver esta lista de convidados gostaria que mantivesse o meu nome. O presidente Clever agradece a sra. Makota e passa a palavra para conselheira e delegada Glauclia que cumprimenta a todos e todas. Eu quero explicar que essa reunião é para justamente atualizar as pessoas que saíram como delegadas na V COEPIR, porque teve realmente uma mudança de quantidade de pessoas, umas saíram do seu local de trabalho, outras faleceram e nessa reunião vamos ver quem está disponível para ir na V CONAPIR. A secretaria Elenir diz que a equipe do CONEPIR esteve tentando entrar em contato com todos os delegados que estavam relacionados na listagem, mas esbarraram com a dificuldade em localizar estas pessoas por causa de mudança de telefone, de endereço e de e-mails, então esse levantamento está sendo um trabalho exaustivo para que todos delegados possam ser contemplados e que representem Minas Gerais na Conferência em Brasília. Aqueles cujo nome não consta na listagem poderia mandar o contato, telefone, e-mail para o CONEPIR, para que a lista seja organizada pois a intenção é que ninguém fique de fora. Reforça também a importância dos presentes cujo o nome não foi falado deixarem no chat o nome completo, o e-mail e o município a que pertence para que conste na listagem de atualização dos delegados. O sr. José dos Passos Pereira Barbosa cumprimenta a todos e todas presentes na reunião e pede para fazer uma correção do município a que pertence, ao invés Montes Claros é São Francisco, obrigado. O presidente Clever diz que será corrigido. Gostaria de informar que está acontecendo algumas conferências livres e que a V CONAPIR acontecerá nos dias 15 a 19 de setembro. O próximo ponto de pauta será a discussão das propostas que foram eleitas em 2022 e trabalhar com as adequações para enviar para a etapa nacional, de acordo com o Regimento Interno em vigor para a conferência. Apresento a sra. Carla da UEMG que irá fazer apresentação das propostas e vocês fiquem à vontade para dar suas contribuições. A sra. Carla Carneiro Costa Maciel de Paiva cumprimenta a todos e diz que atualmente está na coordenação de assuntos comunitários e ações afirmativas na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG e estou participando também da comissão organizadora da V CONAPIR. Nós trabalhamos as 77 propostas que vieram da etapa estadual em 2022 e dessas precisávamos filtrar 30 propostas que serão enviadas a etapa nacional, sendo divididas em 15 propostas a nível estado e 15 propostas a nível nacional. O tema central da V CONAPIR para este ano é: igualdade, democracia, reparação e justiça racial. Os critérios usados para chegar nessas propostas que foram selecionadas e priorizadas foi conforme a atualização da resolução nº 43 de 2025 que rege a V conferência nacional de promoção da igualdade racial. Essa resolução trouxe alguns ajustes no tema da conferência, teve atualização dos eixos temáticos, então precisávamos que a 70 propostas que foram criadas em 2022 estivessem alinhadas e adequadas aos novos eixos e sub-eixos desta última resolução. Nesses novos eixos e sub eixos na nossa análise eram compatíveis e possíveis de se encaixar nesta nova organização. Foram priorizadas, então, ações que pudessem ser efetivamente implementadas com clareza de objetivos que trouxessem a possibilidade de monitoramento e aplicabilidade, que fosse de fato, uma contribuição para superação das desigualdades raciais, pois queríamos realmente um impacto efetivo. Foi levado em conta também propostas que fossem inovadoras, que atuassem nas lacunas históricas e políticas e que dialogassem também com os temas emergentes como justiça climática, racismo religioso, autonomia territorial e reparação econômica e epistêmica. As ações muito teóricas e de difícil execução foram desconsideradas. Estes foram os critérios que nós usamos para fazer a priorização. Vou apresentar para vocês as propostas selecionadas e após a finalização da apresentação, vocês podem ficar à vontade para poder fazer perguntas, fazer alguma colocação que vocês considerarem pertinente para o momento. A primeira proposta priorizada foi a de número 18 com o texto original: promover a regularização fundiária dos territórios tradicionais sob responsabilidade do estado. Ela é a nível estadual, encaixa no **eixo**

democracia e sub eixo estratégias para promoção da justiça climática, do racismo ambiental por meio de políticas . A justificativa para a sua escolha é que a regularização fundiária está diretamente relacionada à justiça climática, superação do racismo ambiental, pois envolve reconhecimento ao direito à terra, a permanência em territórios historicamente ocupados por populações vulnerabilizadas promovendo sustentabilidade, proteção ambiental e garantia de direitos. Entendemos que ela é uma proposta prioritária para estar aqui nesse momento. A segunda é desautorizar o licenciamento de atividades minerárias nos territórios tradicionais. A escolha dessa proposta, é porque ela é uma proposta clara e protetiva frente a pressão do extrativismo. É uma medida concreta de justiça climática e étnico-racial. A proposta 26 é de criar canal de diálogo para oitiva das comunidades atingidas por empreendimentos como construtoras, agronegócios, mineradoras, dentre outros que causam impactos. Observação: antes da autorização municipal em favor destes empreendimentos deve-se levar em consideração o cumprimento das legislações da OIT 169 através de consulta prévias. Esta proposta está no sub-eixo desafios da participação negra nos espaços de poder público, assegura direitos internacionais, protegendo as comunidades de violações ambientais, culturais e territoriais, no âmbito estadual. A proposta 27 também foi escolhida e o texto original, diz: fomentar os programas de proteção aos defensores de direitos humanos e ambientais através de recursos financeiros, bem como atendimento especializado, regulamentar e fiscalizar em favor dos povos e comunidades tradicionais atingidos pelo Rodoanel, Serra do curral, mineradoras, construtoras e demais empreendimentos, e reconhecer as comunidades e povos tradicionais enquanto patrimônio. Esta é uma proposta que assegura a crescente violação contra as violências, contra as lideranças tradicionais, com reconhecimento do valor patrimonial e humano de cada uma dessas comunidades. A última proposta do eixo democracia é viabilizar a transferência de recursos fundo a fundo para ações de promoção da igualdade racial e étnica no município, coordenadas pelos conselhos municipais. Esta proposta se encaixa no eixo fortalecimento do sistema nacional de promoção da igualdade racial, e garante uma execução efetiva das políticas na ponta, onde as desigualdades são sentidas, além de instrumentalizar os conselhos municipais, promovendo a descentralização. Esse foi o eixo democracia a nível estadual. Agora vamos para o **eixo justiça racial**. Nós tivemos aqui a escolha da proposta de número 02. Essa é uma proposta muito estruturante e até um pouco longa, mas faço questão que conste o texto na íntegra. A proposta é a construção de uma política de segurança pública antirracista para promover, garantir e fomentar as seguintes ações: a formação interdisciplinar e interseccional obrigatória e compulsiva dos policiais e dos agentes de segurança pública, com o objetivo de erradicar a incidência da violência contra a população negra a ser realizado pela SEDESE e demais Secretarias de Estado, em parceria com o CONEPIR, universidades, instituições de ensino superior, sociedade civil e com a ouvidoria geral do estado de Minas Gerais para facilitar o atendimento às denúncias de racismo, racismo religioso e outras formas de discriminação sofridas pela comunidade LGBTQI A+, pessoas idosas e pessoas com deficiências. Ampliar e criar novas delegacias especiais de reparação aos crimes de racismo e outras formas de discriminação, garantindo atendimento psicológico efetivo por meio de programa de saúde mental humanizado, com viés antirracista. Criar uma comissão com representantes da sociedade civil e governo para revisar o manual de conduta da polícia militar quanto ao racismo e abordagens em periferias. Então essa proposta foi selecionada, e é a primeira a compor o eixo de justiça racial porque ela é uma proposta robusta, interseccional, estruturante. Ela atua diretamente no combate à violência institucional contra a população negra e periférica, em segurança pública, saúde, direitos humanos e participação social. Proposta de número 03: elaborar plano de ação voltado para as escolas estaduais no acolhimento, reparação e apoio psicológico das vítimas de racismo, de discriminação e racismo religioso no espaço escolar e garantindo a aplicabilidade das leis específicas, bem como a preservação da laicidade do estado democrático de direito. Esta proposta foi selecionada para estar no sub-eixo estratégias de execução e permanência das políticas de educação para a população negra e atua no ambiente escolar com foco na reparação, fiscalização e aplicação das leis antirracistas, contribuindo para transformar as escolas em espaços seguros e mais justos. Proposta de número 06, assegura uma regulamentação em lei para que os professores e trabalhadores da educação possam participar de formações antirracistas durante a jornada de trabalho, com carga horária definida, formação continuada e em serviço, porque isso torna a participação obrigatória na cultura institucional da educação, garante formação contínua durante a jornada de trabalho, que impacta diretamente na formação cidadã de crianças e jovens. A proposta de número 60 prevê recursos financeiros para fomentar pesquisas do saber popular em saúde da população negra, indígena, quilombola e povos tradicionais para avanço nas práticas integrativas e complementares em saúde. Ela inova ao promover saberes tradicionais e práticas integrativas de saúde, contribuindo para equidade no SUS e valorizando o conhecimento ancestral, negro e indígena. A proposta de número 66 é a introdução do quesito raça cor em

todos os cadastros e formulários que alimentam as bases de dados estaduais e municipais para gerar relatórios de diagnósticos sobre desigualdades raciais. Ela entra no sub-eixo estratégias de execução e permanência das políticas de educação para a população negra, porque ela é uma ferramenta fundamental para monitoramento, diagnóstico e formulação de políticas públicas antirracistas, baseada em dados. Agora nós estamos entrando no **eixo 03 reparação** também propostas a nível estadual. Proposta de número 41: apoiar de forma efetiva as religiões de matriz africana e casas de terreiros, promovendo atividades permanentes de conscientização, campanhas educativas, oficinas, fomentar evento a respeito da desconstrução de preconceitos, estereótipos como estratégia de enfrentamento ao racismo religioso. Essa ação entra no sub-eixo ações para fortalecimento ao enfrentamento do racismo religioso e se encaixa perfeitamente nesse sub-eixo e tem um potencial educativo e cultural de largo alcance, fortalecendo as identidades, as tradições e a convivência religiosa no estado. Proposta de número 42: estabelecer e exercer um plano estadual de políticas públicas de defesa aos povos de terreiro. O plano, em conjunto com a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública será direcionado ao combate a crimes relacionados à intolerância religiosa, defesa e proteção de direitos dos povos de matriz africana, com o objetivo de assegurar o acesso a direitos e a promoção da tradição africana. Essa é uma proposta que aborda a segurança pública, combate a intolerância religiosa e a garantia de direitos fundamentais. Ela atua no enfrentamento concreto ao racismo religioso e tem foco em proteção institucional. Proposta de número 47: criação de centros de referências estaduais para povos e comunidades tradicionais, a exemplo do CRAS, com apoio financeiro do poder público, com o objetivo de promover a cultura e os direitos dos povos e comunidades tradicionais. Esta proposta cria uma estrutura física institucional permanente no estado, com foco no atendimento. É a promoção da cultura e a garantia dos direitos territoriais e sociais dos nossos povos. Essa proposta foi priorizada no eixo 03 de reparação. Proposta 61: garantir no mínimo 10% do orçamento do executivo estadual para financiamento das políticas públicas para os povos e comunidades tradicionais e efetivar a criação do fundo estadual de reparação e promoção da igualdade racial. Essa proposta é estruturante e orçamentária, garante uma viabilidade real para que todas as demais políticas listadas aqui aconteçam. Ela é essencial para efetivação das ações de reparação, porque ela prevê orçamento. Proposta número 67: garantir aos jovens aprendizes que se declaram negros e pardos, identificados por comissões de heteroidentificação a efetivação nas empresas com mínimo de 30% dos participantes contratados, permitindo a continuidade de suas carreiras. Então essa é uma proposta que entra também no eixo reparação e é a nível estadual. Ela é uma proposta que contribui diretamente para a justiça econômica, reparatória ao buscar romper com o ciclo de pobreza, exclusão e desigualdade que historicamente afeta a juventude negra no Brasil, garante a efetivação e a contratação desses jovens aprendizes negros e pardos no mercado de trabalho por meio de ações afirmativas baseadas em comissões de heteroidentificação e metas de contratação. Então ela não promove só o acesso, mas também a continuidade das trajetórias profissionais dessa população, por isso nós a mantivemos a nível estadual. Vou apresentar para vocês as propostas priorizadas de abrangência **Nacional**. Começamos com a proposta de número 30, eixo democracia. Ela efetiva a demarcação dos territórios indígenas, quilombolas e ciganos, garantindo o direito de pertencimento aos territórios dos povos tradicionais. Percebam que algumas propostas elas têm continuidade, elas começam a nível estadual e também tem continuidade a nível nacional, garantindo uma coesão entre as propostas. Esta proposta especificamente trata de demarcação que é a base dos direitos coletivos e da proteção territorial, sem elas as comunidades permanecem invulneráveis ao racismo ambiental, a grilagem e ao deslocamento forçado. Então, ela é uma proposta estruturante, por isso é uma proposta a nível nacional do eixo democracia. Proposta de número 68: garantir o percentual de 50% das vagas de cargos de gestão em órgãos públicos, comissão, funções gratificadas, assessoramento em todas as esferas de governo para pessoas pretas, pardas e indígenas. Essa proposta está no sub eixo desafios da participação negra nos espaços de poder público é, e ela é uma proposta ousada e concreta de equidade racial no poder público institucional e atua diretamente sobre a sub-representação dos espaços de decisão. Proposta de número 73: instituir e apoiar a frente parlamentar negra e de povos tradicionais para garantir a presença política das pautas negras, quilombolas, indígenas, ciganas que nitidamente se encaixa em democracia, estratégias de fortalecimento da pauta negra no legislativo e garante a preservação política qualificada do legislativo nas pautas antirracistas. Proposta de número 75: viabilizar a transferência de recursos fundo a fundo para ações de promoção da igualdade racial nos municípios, coordenadas pelos conselhos municipais. Foi priorizada por se encaixar perfeitamente no sub-eixo fortalecimento do sistema nacional de promoção da igualdade racial – SINAPIR - e ela é um instrumento técnico-financeiro fundamental para execução das políticas na ponta, nos municípios, além de fortalecer a rede do SINAPIR e dos conselhos municipais. Proposta de número 76: fortalecer o conselho

nacional de promoção da igualdade racial e garantir recursos para a realização da conferência nacional com presença das delegações da sociedade civil e povos originários. Essa é uma proposta que se encaixa no eixo de fortalecimento do SINAPIR, e trata da estrutura da governança nacional da política de igualdade racial e garante a continuidade dos espaços democráticos de deliberação. Agora vamos iniciar o **eixo 02 da justiça social**. São cinco as propostas deste eixo, começando com a proposta de número 10: fortalecer os canais de denúncias contra o racismo e todas as formas correlatas de descrever a ação de registro de crime, com informativos orientadores sobre como proceder. Essa proposta se encaixa em segurança pública. É uma proposta que educa, orienta e acolhe. Ela atua em prevenção e combate e se alinha perfeitamente ao subeixo segurança e violência. Proposta de número 17: disponibiliza material didático básico infanto juvenil direcionado e atualizado com base nas historiografias recentes focadas no protagonismo negro e indígena acerca das histórias da África, das Américas, afro-brasileiras, indígenas e tradicionais, incluindo um resgate histórico, decolonial e suas continuidades na contemporaneidade, em consonância com as leis 10.639 e a lei 11.645. Ela é uma proposta que complementa a proposta de número 57, e foi colocada estratégicamente assegurando o material pedagógico decolonial para aplicação efetiva da lei. Proposta de número 57: exige que o MEC fiscalize a aplicação da lei 10.639 como disciplina obrigatória, especialmente no novo ensino médio, para efetivar o combate à intolerância religiosa no ambiente escolar. Essa proposta toca no cerne da formação antirracista na escola, cobrando do MEC. Ela atua de forma direta sobre o sub-eixo b, que trata da educação. Proposta de número 70: criar canal de comunicação específico para denúncias de racismo, injúria racial e violações contra a população negra e povos tradicionais. É uma proposta que trata especificamente do direito popular. É uma proposta concreta de acesso ao direito que amplia a resposta do estado a diversas violações e tem viabilidade técnica e é de grande impacto. Atua diretamente na visibilidade, acolhimento e resposta institucional às violações de direitos contra a população negra e povos tradicionais. Trata-se de uma ferramenta de comunicação pública essencial para denúncia, mobilização social e o combate ao racismo estrutural, articulando-se como uma política de comunicação antirracista eficaz. Proposta de número 74: capacitação continuada de profissionais de ensino religioso para lidar com manifestações religiosas africanas por meio de parceria entre os Ministérios da Cultura, Educação e Desenvolvimento Social. Ela é uma proposta estratégica para combater a intolerância religiosa nas escolas, promovendo respeito à diversidade e atuando tanto no sub-eixo b quanto d. Agora entrando no último eixo que é reparação, propostas a nível nacional com a criação do fundo federal de reparação e promoção da igualdade racial, com o objetivo de assegurar recursos de no mínimo 10% do orçamento da união para as políticas públicas específicas para a população negra, como as comunidades quilombolas, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais no enfrentamento ao racismo. Então, entra no eixo da reparação da política tributária para população negra, povos indígenas, quilombolas e povos ciganos. Ela é uma proposta estruturante e estratégica, porque garante financiamento contínuo para todas as políticas reparatórias e atua diretamente no sub-eixo da política tributária. Proposta de número 15: garante contrapartida das pesquisas acadêmicas com retorno aos povos e comunidades tradicionais, sobre os resultados de pesquisas, reconhecendo os povos e comunidades como agentes sociais e não objetos de pesquisa, reconhecendo e valorizando sua autonomia, cultura, conhecimentos e saberes. É uma política de reparação aos povos e comunidades tradicionais e de matriz africana de terreiro. Ela se insere no campo de reparação epistêmica e cultural, ao reivindicar que as pesquisas acadêmicas deixem de tratar os povos como objeto de estudo e passa a reconhecê-los como sujeitos ativos de conhecimento. Ela garante uma devolutiva ética dos resultados das pesquisas, promovendo a valorização dos saberes tradicionais, que inclusive é uma grande demanda do nosso público durante todos esses anos, pois sempre há essa reclamação dos povos serem tratados como objeto de pesquisa. Proposta de número 29: criar condições e incentivos através de ações estruturantes que garantam a permanência dos quilombos nos seus territórios. Esta é uma proposta central em justiça territorial e histórica garantindo não só a demarcação, mas a viabilidade de existência dos quilombos. Proposta de número 31: incentivar o desenvolvimento econômico sustentável das comunidades tradicionais na titulação de seus territórios, essa é uma proposta que complementa de número 29. Então a proposta 29 é criar condições e incentivos através de ações estruturantes que garanta a permanência dos quilombos em seus territórios. Proposta 31: incentivar o desenvolvimento econômico sustentável dessas comunidades, por meio da celeridade na titulação de seus territórios. Estas são propostas que se complementam, além disso, agem também na geração de renda, soberania alimentar e sustentabilidade, promovendo uma reparação econômica e concreta para as comunidades. Proposta de número 50: fortalecer mecanismos institucionais para garantir a segurança às pessoas que exercem as suas práticas religiosas de matriz africana. É uma proposta que se encaixa perfeitamente no sub-eixo de ações para fortalecimento ao enfrentamento do racismo religioso e ela atua

na segurança e garantia de direitos fundamentais. Ela protege comunidades historicamente atacadas e é uma medida urgente e necessária. Estas foram as propostas priorizadas pela comissão organizadora da conferência da etapa estadual para a nacional que foram democraticamente debatidas, deliberadas e priorizadas pela etapa estadual da V COEPIR e refletem o acúmulo histórico das lutas dos povos negros, indígenas, quilombolas, ciganos e demais povos e comunidades tradicionais por justiça, reconhecimento e reparação. Estas propostas serão enviadas para Brasília e esperamos que sejam recepcionadas e consideradas pela comissão organizadora nacional para compor o documento final da V CONAPIR em Brasília. Obrigada a todos (as) e passo a palavra para o presidente Clever que agradece a sra. Carla e a parabeniza pela apresentação. Vou passar a agora para mãe Iracema que está com a mão levantada e depois eu passo para Ana Evangelista. A Mãe Iracema d'Ogum agradece dizendo que está como Superintendente de Promoção da Igualdade Racial do município de Betim e entendo que a construção da conferência estadual teve a contribuição do presidente Clever e também da conselheira Makota e temos que pensar com muito carinho na ida e permanência deles na Conferência Nacional. Um outro ponto a colocar é que acrescentasse na proposta de segurança a criação de uma rede de proteção para quilombolas, povos originais e também para os povos de terreiros. O presidente Clever responde que sua proposta será registrada, e em seguida passa a palavra para a sra. Ana Evangelista que agradece e dá boa tarde a todos e todos. Sou conselheira da sociedade civil pelo CONEPIR pela Entidade Indômitas Coletiva Feminista e gostaria de fazer algumas perguntas. Qual é a data certa da Conferência e como será a logística. Vamos ter ônibus para ir à Brasília, pois praticamente já estamos em agosto e setembro e precisamos nos preparar, se puder informar a respeito ficarei grata. O presidente Clever agradece e diz que ainda vamos abordar este assunto. Vamos passar primeiro a palavra para o sr. Carlos Alberto Santos que cumprimenta a todos. A minha pergunta parece com a da Ana Evangelista em relação à organização do evento. O município de Betim está passando por um processo de reorganização da política municipal de promoção da igualdade racial, e nesse contexto acho extremamente importante receber orientações sobre o deslocamento dos delegados que irão a Brasília no mês de setembro, para que o município também possa se organizar. A sra. Maria Eliene do município de Pompéu, pede a palavra e diz que a outra delegada Alexssania Luzia ainda não conseguiu entrar na reunião e nós temos um compromisso as 16 horas e estou justificando a nossa saída. O Presidente diz a reunião está sendo registrada e este registro será enviado para vocês. A delegada Neli Martins de BH diz que também terá que se retirar em função de uma outra reunião importante e gostaria de receber esse registro da reunião. O sr. Jhonatan pede a palavra e diz que é do município de Itabira, da comunidade quilombola do capoeirão. Queria verificar qual poderia ser a estratégia para alterar algumas propostas. Fiquei um pouco preocupado com as propostas de número 69 e 74, que dizem respeito às questões do ensino religioso. Talvez voltar na proposta e fazer essa análise melhor dela. O presidente Clever pede ao sr. Jonathan para esperar que iremos voltar para atender sua demanda. Vamos agora ouvir a sra. Vitória Régia que já estava inscrita. A sra. Vitória agradece e diz que é um prazer estar aqui com tanta gente aguerrida na luta como a sra. Ana Evangelista, Mara Evaristo, Neli Martins e o presidente do CONEPIR e também outras pessoas pois seria injusta em não citar os nomes. É importante que você Clever esteja conosco na conferência, pois estamos construindo um caminho de fortalecimento da política de reparação para o povo preto, e precisamos unir as nossas potências. Eu como professora, também estou incomodada em não ter tempo para analisar cada proposta. Carla fez uma apresentação extremamente importante, conseguindo trazer o panorama sobre a política de igualdade racial. Acho que não cabem as alterações nas propostas pelo prazo. Fiquei muito incomodada com a questão do orçamento, acho importante falar disso, porque não adianta pensar em várias possibilidades metodológicas com relação ao campo étnico-racial, se não tiver verba destinada ao campo da reparação histórica. Temos que reiterá-la, mas precisamos fortalecer essa discussão sobre uma reparação efetiva, com relação a lei 10.639, em que os órgãos fiscalizadores possam contestar, inclusive as universidades com relação a esse conteúdo, por exemplo, as instituições têm trabalhado com uma ideia de que as discussões Étnico-Raciais são transversais e por serem transversais elas não têm necessidade de um status próprio. Então precisamos pensar em como trabalhar isso. Uma das formas é a questão de criação de protocolos que possam inibir e orientar dentro das instituições a questão das apurações das denúncias. Precisamos parar com esse modelo completamente reacionário de querer, por exemplo, colocar polícia na escola, o que precisamos é que as escolas tenham mais qualidade para o seu trabalho, os professores sejam valorizados, que se tenha inclusive assistentes sociais e psicólogos. Precisamos assegurar que as leis sejam cumpridas, tanto a lei 10.639 quanto a 11.645. Muito obrigada. O presidente Clever agradece a sra. Vitória. Agora vou colocar em pauta como será a estrutura para o evento. A SEDESE vai alugar dois ônibus, que sairão de Belo Horizonte até Brasília. Nós vamos pedir apoio e mandar ofício para todos os prefeitos dos municípios que

participarão da Conferencia em setembro, com relação ao transporte. Brasília irá ofertar hospedagem e alimentação. Em relação ao município de Uberaba talvez seja mais fácil que eles nos encontrem em uma cidade mais próxima, como Paracatu. A estrutura é de responsabilidade da SEDESE que vai estar sendo construída com apoio das prefeituras. A plenária de hoje foi muito boa, pois é a partir dela que estamos organizando a nossa viagem. Vamos precisar dos nomes, CPF, endereço e telefone para registrar os contatos e mandar para Brasília que bancará a hospedagem e a alimentação. Nós precisamos da mesma forma destes dados para fazer a lista de quem vai viajar nos ônibus. O sr. José dos Passos Pereira Barbosa, do município de São Francisco pede a palavra e diz estamos a 430 km de Brasília e de Belo Horizonte 700 km. Então sugiro construir juntamente com a Secretaria de Assistência Social, com a Secretaria de Educação do nosso município meios de irmos para Brasília direto de São Francisco, pois ficaria mais perto. O presidente Clever achou uma excelente ideia, uma alternativa que podemos construir junto com os outros municípios cujos delegados irão para Brasília. Quanto as propostas a serem discutidas na Conferência em Brasília elas serão enviadas a todos os delegados, tanto as propostas de 2022 da V COEPIR quanto as adequações que foram feitas a partir da necessidade de alterações de acordo com o Regimento Interno. Alguém mais deseja fazer alguma observação, se não, vamos voltar com as dúvidas do professor Jhonatan que esteja à vontade para retomar a sua fala. O sr. Jonathan, que é professor de filosofia, sociologia, ensino religioso, diz que gostaria de retomar a proposta 69 e a proposta 74. O presidente Clever pede a sra. Carla Carneiro para compartilhar a tela para que todos possam acompanhar estas propostas que serão analisadas. A sra. Carla Carneiro diz que observou que foi comentado algo sobre a lei 10.639. As duas propostas que temos que menciona essa lei e são as de número 17 e 57, que também trata de ensino religioso. Então, temos aqui a proposta de 17: disponibilizar material didático básico, infanto-juvenil direcionado e atualizado com base nas historiografias recentes, focadas no protagonismo negro e indígena acerca das histórias da África, das Américas, afro-brasileiras, indígenas e tradicionais, construindo dados histórico colonial e suas continuidades na contemporaneidade em consonância com as leis 10639 e 11645. O sr. Jhonatan diz que não é esta proposta pode passar para próxima. Carla então passa para a proposta 57 que exige que o MEC fiscalize a aplicação da lei 10.679 como disciplina obrigatória, especialmente no novo ensino médio, para efetivar o combate à intolerância religiosa do ambiente escolar. O sr. Jhonatan diz que é esta e seria interessante acrescentar a lei 11.645, porque são leis distintas, como disciplina da história especial do novo ensino médio para efetivar o combate à intolerância religiosa no ambiente escolar e ela trata da questão indígena também. A sra. Carla diz que as propostas que estão aqui vieram com o texto original de forma integral e não fizemos nenhuma alteração. Elas haviam sido aprovadas anteriormente na V COEPIR, e não podemos modificá-las. O sr. Jhonatan diz então que devemos mantê-la e defendê-la de uma forma mais elaborada na nacional. Gostaria que fosse lida a proposta de número 74. A sra. Carla Carneiro passa a ler a proposta de número 74: Capacitação continuada de profissionais de ensino religioso para lidar com manifestações religiosas africanas por meio de parcerias entre o Ministério da Cultura, Educação, Desenvolvimento Social, SINAPIR e CONAPIR. O sr. Jhonatan diz ter entendido que é a mesma prerrogativa da proposta anterior. Não podemos reduzir mais uma vez a um componente específico que nós lutamos o tempo inteiro em não tirar a lei 10.639 e 11.645 e não deixar apenas o ensino religioso, a história e as artes. Quem for participar de fato dessa discussão na Conferência Nacional lembrar de pontuar na hora da defesa essa observação feita da questão da igualdade racial e da intolerância religiosa. O presidente Clever diz após ter esclarecido as dúvidas do professor Jhonatan e anotado as observações que foram feitas para defesa da proposta na Conferência Nacional pergunto se tem mais alguém que queira esclarecer algum ponto do que foi falado até aqui. O sr. Felipe Oliveira Maciel levantou a mão e disse ser do município de Peçanha, Vale do Rio Doce, e venho colocar que tivemos algumas movimentações no campo do Legislativo que vem impactando a questão do ensino religioso, como a defesa do uso da bíblia como material didático e isso me deixou muito preocupado. Sou delegado pela Vale do Rio Doce, com a cadeira do combate de intolerância religiosa e tenho como proposta reformular, melhorar o que está sendo posto no viés da educação religiosa. Então eu acho que isso é algo a se pensar, qual é a forma para que o ensino religioso seja repassado com qualidade, qual material seria usado. Temos que garantir uma construção sobre a religiosidade. O que proponho é que dentro da nossa proposta de ensino religiosos seja implementado a reciclagem dos nossos professores ou daqueles que defendem a questão de ensino, que venham fazer um estudo que combata as ideias ou que pelo menos criem parâmetros com as ideias que forem colocadas. Outra coisa que gostaria de pedir é o telefone do professor Jhonatan para trocar ideias. O presidente Clever passa para a próxima pessoa que levantou a mão. A conselheira Gláucia pergunta qual a data da Conferência e o dia que o ônibus será disponibilizado. O presidente diz que a Conferencia acontecerá nos dias 15, 16, 17, 18 e 19 de setembro de

2025 em Brasília. Quanto a nossa ida o dia ainda não está certo. A volta é assim que acabar a conferência estaremos saindo e chegando no outro dia pela manhã cedinho em BH. Parece que mais alguém levantou a mão, é a Nyara Crispim de Itabira, pode falar. Nyara diz que quer colocar a questão da data da saída, pois pode ter pessoas relacionadas na lista que vão ter compromissos e não poderão participar. Estas questões são importantes para solucionar o quanto antes, porque assim poderemos dar oportunidade para a participação de outras pessoas também. A secretaria executiva Elenir pede a palavra e diz que gostaria de confirmar com vocês o recebimento do formulário que encaminhamos para ser preenchido com os dados necessários atualizados de cada delegado (a) porque vamos estar precisando para a ida a V CONAPIR. A data da conferência vai ser de 15 a 19 de setembro. Vocês podem aguardar mais informações e por gentileza, preencham esse formulário e nos encaminhe, por favor. Vou colocar o e-mail do CONEPIR: conepe@social.mg.gov.br, mas vou anotar no chat também. Obrigada e agradeço a atenção. O presidente Clever agradece a Elenir por ter repassado estas informações. Vamos manter todo mundo atualizado no grupo que foi criado para conferência, se alguém desistir deverá informar de imediato. Acho que não tem mais nada mais para conversar, o pessoal já está querendo sair da reunião. Vou encerrar a reunião. Agradeço a todos que puderam participar e se precisar de uma outra reunião, vamos fazer. Estaremos aqui à disposição para dar informações que se fizerem necessárias. Até a próxima vista, agradeço a todos. Um abraço e boa tarde. Encerramento às 17h10min.



Documento assinado eletronicamente por **Paixão Sessémeandê, Usuário Externo**, em 14/10/2025, às 10:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Caroline Valeriano de Oliveira, Servidor(a) Público(a)**, em 14/10/2025, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fatima Cristina Pinto, Servidor (a) Público (a)**, em 15/10/2025, às 09:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Glaucia Cristine Martins de Araujo Caetano, Usuário Externo**, em 16/10/2025, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adjanir Silva, Usuário Externo**, em 20/10/2025, às 21:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **125027543** e o código CRC **D5E4FB29**.

Referência: Processo nº 1480.01.0001606/2025-58

SEI nº 125027543